



PRIMEIRO  
MINISTRO

**DISCURSO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
KAY RALA XANANA GUSMÃO  
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DO  
PROGRAMA DO V GOVERNO CONSTITUCIONAL  
NO PARLAMENTO NACIONAL**

Parlamento Nacional, Díli  
12 de Setembro de 2012



Palácio do Governo,  
Avenida Presidente Nicolau Lobato,  
Dili, Timor-Leste

Sua Excelência  
Senhor Presidente do Parlamento Nacional  
Suas Excelências  
Senhores Deputados

Caros colegas, membros do Governo

Senhoras e senhores,

Tendo eu próprio vindo do IV Governo Constitucional, é com sincera humildade que, em nome do V Governo Constitucional, apresento a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a todos os distintos deputados desta Casa Magna, os nossos respeitos e sinceros votos para uma III Legislatura cheia de sucessos, em prol do bem-estar de todos os timorenses.

Apesar dos notáveis progressos alcançados nesta última década, e especialmente durante os últimos três anos, temos consciência das necessidades prementes da Nação e das dificuldades que os timorenses enfrentam diariamente.

Este ano, temos vindo a celebrar pequenas vitórias no nosso país. Celebrámos o 10º Aniversário da Restauração da nossa Independência, celebrámos também a realização de eleições presidenciais e legislativas, que decorreram num clima pacífico e de forma livre e democrática. E vamos celebrar, no próximo dia 28 de Novembro, os 100 anos da revolta de Manufahi.

E, é importante que se diga, celebrámos também as visitas de altos dignitários que fizeram questão de vir conhecer a realidade do nosso país e, sobretudo, testemunhar o clima de paz, estabilidade e confiança no futuro, como este que vivemos actualmente.

Somos, inclusivamente, considerado um caso de sucesso a nível internacional. Timor-Leste, hoje, para além de beneficiar de paz e estabilidade, beneficia também de uma economia em franco crescimento que, gradualmente, tem vindo a reflectir-se na melhoria geral do bem-estar do Povo timorense.

Os líderes deste país, os líderes de todas as instituições do Estado, têm o dever moral de permitir o desenvolvimento de Timor-Leste e de trabalhar arduamente para melhorar as condições de vida do nosso povo.

Este é o compromisso preliminar do V Governo Constitucional.

Conduzir o país para um maior fortalecimento do Estado e rumo a bases sólidas de desenvolvimento nacional, são os principais objectivos da nossa governação.

Agora, e já em tempo de paz, temos um plano para o futuro.

Temos objectivos e metas concretas para transformar Timor-Leste num país com rendimentos médios-altos, criando oportunidades para todos de forma justa e inclusiva, permitindo assim o crescimento de uma economia dinâmica e criadora de emprego.

A nossa visão para o país é a visão colectiva do Povo timorense, expressa no *Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030*, que pretende uma população saudável, instruída, segura e auto-suficiente em termos alimentares e com acesso à justiça e a todos os bens e serviços essenciais.

Excelência  
Senhor Presidente do Parlamento Nacional  
Excelências  
Distintos Deputados

Senhoras e Senhores

É, ainda com profundo sentido de responsabilidade, que hoje venho apresentar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos distintos Deputados, o programa do V Governo Constitucional, para os próximos cinco anos.

Em conformidade com o Plano Estratégico, o programa do V Governo Constitucional para além de estabelecer planos concretos para o que é preciso ser feito a curto prazo (nos próximos cinco anos), incorpora também estratégias de médio prazo (cinco a dez anos), sem perder de vista o longo prazo (dez a vinte anos).

O alívio da pobreza extrema e o sucesso do nosso país dependem, neste momento, da nossa capacidade de implementar o plano traçado para o desenvolvimento nacional.

É por esta mesma razão que vimos a este Parlamento Nacional apresentar um Programa, fruto do conhecimento profundo das necessidades do nosso Povo, com total abertura para aceitar as vossas contribuições, para que o Programa do V Governo Constitucional seja o Programa de todos os timorenses.

Para tal, e antes de passar à sua apresentação propriamente dita, apelo para a consideração do seguinte:

Primeiro – Não foi meio milhar de timorenses que conquistou a Independência, foi um Povo inteiro. Não será, por isso mesmo, uma centena de timorenses, nós todos contados nesta plenária, que irá conseguir colocar Timor-Leste no caminho irreversível do desenvolvimento, terá que ser a sociedade inteira.

Por esta razão, precisaremos que as organizações da sociedade civil, os partidos, as organizações não-governamentais, a Igreja e outras confissões religiosas, o sector privado e os agentes económicos e todas as instituições do Estado, participem activamente na implementação da agenda estratégica de desenvolvimento.

Todos os timorenses – jovens, adultos e idosos, homens e mulheres – serão parte integrante do processo de desenvolvimento. Todos os timorenses, que podem fazer algo por esta Nação, estão convocados a participar com o seu esforço e com o seu trabalho.

Segundo – O planeamento é uma tarefa difícil, sobretudo quando existem tantas e tão diferentes prioridades. Planear o desenvolvimento nacional é gerir uma teia complexa de desafios.

Apesar de todos sabermos o rumo que queremos dar ao país, o desafio está em prever os meios e as formas para que os nossos objectivos tenham maiores probabilidades de serem concretizados.

Sabemos que não é possível abordar todas as prioridades ao mesmo tempo, sem esquecer que são ainda limitados os nossos recursos financeiros, humanos e logísticos.

Não podemos distanciar-nos das circunstâncias reais do nosso ponto de partida. A nossa falta de recursos humanos especializados, a estagnação dos nossos sectores produtivos, a dependência das receitas do sector petrolífero – que têm que ser preservadas para as futuras gerações mas que também têm que ser investidas no presente – aliadas, muitas vezes, à nossa própria cultura, à nossa mentalidade, e sobretudo à nossa ainda recente história democrática, constituem entraves ao desenvolvimento.

Terceiro – A apresentação do Programa do Governo é o primeiro exercício da III Legislatura que exige uma profunda reflexão conjunta. Esperamos poder dialogar abertamente com todos os representantes do Povo, neste Parlamento Nacional, sejam eles parte da coligação parlamentar ou da oposição. Contamos com o debate democrático sobre as opções e decisões políticas, contamos com uma forte fiscalização e com a apresentação de propostas alternativas, de forma crítica e construtiva.

Nunca podemos perder de vista que, politicamente, ao contribuir para a solução dos problemas nacionais, não há vencedores nem vencidos. Há sim, mais de um milhão de timorenses que podem beneficiar de mais liberdade, de mais segurança, de mais estabilidade, de mais tolerância e de melhores condições de vida.

É neste sentido que planear de uma forma coerente, sustentada e responsável, oferece sempre maior probabilidade de sucesso, e este Programa, que hoje apresentamos, é o reflexo desta vontade.

Sua Excelência  
Senhor Presidente do Parlamento Nacional  
Excelências  
Distintos Deputados

Senhoras e Senhores

**O desenvolvimento do capital social visa colocar a pessoa humana acima de qualquer outro interesse.** Valorizar os timorenses, que constituem a verdadeira riqueza da Nação, é construir uma Nação justa e desenvolvida.

Comprometemo-nos a maximizar a qualidade e o acesso à saúde, à educação, à formação profissional, à informação, à justiça social e à cultura.

No sector da saúde e a nível institucional, abrangendo a gestão, apoio e recursos, vamos investir para que a prestação dos serviços de saúde seja feita com eficiência, profissionalismo e celeridade, que se exigem.

O Governo irá introduzir nova legislação para o sector e apostar nas instituições que possam prestar cuidados de qualidade, incluindo o serviço privado da saúde que fará parte integrante do sistema nacional de saúde, e da provisão de medicamentos essenciais, sistemas de diagnóstico ao fornecimento de sangue.

A capacitação do Instituto Nacional de Saúde, o controlo eficaz das farmácias e outras lojas de retalho, programas de cuidados de saúde domiciliários e a provisão de ambulâncias e sistemas de comunicação adequados, irão também contribuir para fortalecer o sector.

A melhoria do sector da saúde implica um forte investimento nos recursos humanos, incluindo médicos, enfermeiros, parteiras e técnicos de laboratório, e nas infra-estruturas de saúde, desde a reabilitação e construção de Postos de Saúde em todo o país, à reabilitação de centros comunitários de saúde e à expansão do Hospital Nacional e dos cinco hospitais de referência.

Outras iniciativas relacionadas com a promoção da saúde geral, como programas de nutrição, sobretudo para crianças e mães, programas de vacinação, acesso a água potável e saneamento básico e a educação para a prevenção de doenças, irão estar na linha de actuação estratégica do Governo.

A saúde materna e a saúde infantil, sobretudo no que diz respeito à redução da taxa de mortalidade infantil, continuarão a ser uma prioridade. Isto será conseguido através do desenvolvimento de uma política abrangente de saúde infantil, melhorando os cuidados preventivos e integrados, incluindo a ampliação dos serviços de vacinação e

umentando significativamente a cobertura de imunização para a poliomielite, sarampo, tuberculose, difteria e hepatite B, cumprindo assim os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

No sector da educação, comprometemo-nos a melhorar não só as condições escolares, em termos de salas de aula, mobiliários e materiais de ensino, como também a qualidade dos educadores, investindo mais apropriadamente na formação de professores e de outros técnicos educativos.

Iremos rever os currículos desajustados e o sistema de interacção professor-aluno, para que consigamos um maior aproveitamento escolar dos alunos, atingindo a meta de escolaridade obrigatória e aumentar a qualidade de aprendizagem, que deverá ser sinónimo de uma evolução intelectual das crianças, o que permitirá, no futuro, que haja jovens mais bem preparados e aptos a participarem no desenvolvimento do país.

Este Governo vai regular a sua actuação, no ensino pré-escolar e básico, pelo princípio da inclusividade, para que nenhuma criança timorense esteja em desvantagem ou em inferioridade de oportunidades, só pelo simples facto de não poder entender, na sua língua materna, o que lhe é dito pelo educador, nos seus primeiros anos de banco escolar.

O ensino secundário irá estar dividido em escolas secundárias gerais, mais vocacionadas para a preparação dos alunos para prosseguirem com os estudos superiores, e escolas secundárias técnicas, que prepararão os alunos para ingressarem no mercado de trabalho ou para terem acesso ao ensino superior técnico.

O Governo irá ainda promover um sector politécnico e universitário eficaz para a criação de oportunidades para os filhos da Nação. Este objectivo é para, gradualmente, ir impondo padrões e critérios, que garantam a qualidade do ensino superior, através da Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Académicas, como ainda desenvolver parcerias com instituições de ensino superior, para uma melhor gestão e coordenação das universidades. O Governo vai continuar a encorajar as instituições privadas de ensino superior, na melhoria da sua qualidade de ensino, e apoiará no que for necessário para a satisfação dos padrões exigidos.

O Governo, durante os próximos cinco anos, irá iniciar o estabelecimento de Institutos Superiores Politécnicos em sectores estratégicos, a saber: o Politécnico de Engenharia no Suai, de Serviços de Turismo e Hotelaria em Lospalos, de Agricultura na costa sul e uma Academia de Pescas na costa norte.

Proceder, a médio prazo, ao alargamento da UNTL para sete faculdades, enquanto instituição vital para o desenvolvimento do nosso capital humano, é uma das estratégias fundamentais do Governo. As Faculdades de Agricultura, de Engenharia, de Ciências e Tecnologia, de Medicina e Ciências da Saúde, de Economia e Gestão, de Educação, Artes e Humanidades e de Direito e Ciências Sociais, irão consolidar um

sistema de ensino superior de qualidade nacional, com padrões de qualidade reconhecidos a nível internacional.

Apoiar o desenvolvimento do capital humano, não se resume apenas a sistemas formais de educação e formação. O Governo irá continuar a promover o ensino recorrente e a aprendizagem ao longo da vida, contribuindo também para a erradicação do analfabetismo, através da continuação de programas de comprovado sucesso e do estabelecimento de 65 Centros Comunitários de Aprendizagem.

Vamos implementar o Compromisso Nacional com a Formação para garantir que os alunos, mesmo que abandonem os estudos, tenham acesso a programas de formação acreditados e financiados. A formação, e provisão de um programa nacional de estágios, irá permitir que os jovens sejam qualificados para ingressar no mercado de trabalho ou para que estejam motivados a abrir o seu próprio negócio.

Ainda no âmbito da política de formação profissional e emprego, iremos investir sobretudo na provisão de qualificações aos jovens, em áreas estratégicas de desenvolvimento como a indústria petrolífera, a agricultura, o turismo e a construção civil. Esta estratégia inclui a formação de formadores, o desenvolvimento de infra-estruturas e instalações para ensino e aprendizagem teórico-prática e uma maior ligação entre os centros de formação e o sector privado.

Senhoras e Senhores

Uma política justa de desenvolvimento nacional, não poderá deixar de actuar junto dos cidadãos mais vulneráveis. O Governo continuará a apoiar as nossas crianças, as mulheres em risco de abuso, as famílias pobres, os idosos e, claro, os nossos heróis Combatentes da Libertação Nacional.

Para tal, iremos rever a Lei do Estatuto dos Combatentes de Libertação Nacional e estabelecer os Conselhos dos Combatentes, a partir dos Distritos, para que seja salvaguardada a credibilidade da verificação e validação dos registos e a finalização dos processos reclamados e contestados.

Continuaremos também a prestar apoio financeiro aos Combatentes da Libertação Nacional e a providenciar bolsas de estudo aos seus filhos e aos filhos dos Mártires, dando prioridade aos mais desfavorecidos.

Na perspectiva de que o Estado tem a obrigação constitucional de defender uma sociedade mais justa, proporcionando a todos oportunidades de realização pessoal, o Governo vai imprimir um mecanismo de assistência eficaz aos nossos idosos, deficientes, mulheres e crianças em risco de vulnerabilidade. Para tal, iremos estudar a implementação de um sistema de segurança social permanente, que inclui pensões de reforma, que seja economicamente sustentável para o Estado.

O Governo vai considerar elevar as pensões aos idosos, viúvas e deficientes e, assim que o regime de segurança social esteja estabelecido, de forma universal e contributiva, assegurar que todos os trabalhadores, tanto no sector público como no privado, tenham uma pensão em caso de reforma, invalidez ou morte.

Uma sociedade forte é um pilar fundamental para uma sociedade economicamente desenvolvida. O Governo irá reforçar o seu compromisso para que as mulheres tenham os mesmos direitos e oportunidades que os homens, em todos os domínios da vida familiar, cultural, social, económica e política. Esta será uma questão transversal a toda a actuação do Governo, garantindo a abordagem integrada do género nas actividades das instituições do Estado.

Iremos também promover uma Política de Tolerância Zero, relativamente à violência contra as mulheres e contra as crianças. Estas têm, constitucionalmente, direito a protecção especial, particularmente contra todas as formas de abandono, discriminação, violência, opressão, abusos e negligência.

Vamos implementar a Política de Protecção de Menores, não só através dos programas de sensibilização e educação, como tomando medidas mais proactivas, que incluirá sistemas eficazes de acompanhamento e avaliação para a protecção das crianças, pelo estabelecimento de uma “linha da criança”, onde poderão, permanentemente, ser denunciadas as situações de abusos de menores.

Também os jovens irão ser protegidos e encorajados a participar no seu próprio desenvolvimento, não só através de maior acesso à educação e formação profissional, como também através de programas e iniciativas que estimulem o seu potencial, incluindo a participação em actividades desportivas, culturais, artísticas, associativas, promovendo os valores de ética, tolerância e diálogo e desenvolvendo as suas capacidades intelectuais para que sejam verdadeiros agentes da transformação que queremos incutir no país.

Finalmente, e ainda no âmbito do desenvolvimento do capital social, não posso deixar de mencionar dois aspectos fundamentais: o acesso ao conhecimento, cada vez mais importante neste século XXI e a gestão sustentável do nosso ambiente que, para o Povo timorense, se reveste de importância fundamental.

O Governo irá promover os meios de comunicação social, a sua diversidade e independência, e garantir que o acesso à informação, à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, aspectos cruciais para a consolidação da democracia e para cumprir o nosso objectivo de trabalhar em prol de uma Nação desenvolvida, próspera e civilizada.

Por outro lado, irá proteger o nosso “habitat” secular, conservando a nossa biodiversidade marítima e terrestre, exercendo um controlo efectivo sobre a poluição e precavendo sobre os impactos de alterações climáticas.



Sua Excelência  
Senhor Presidente do Parlamento Nacional  
Excelências  
Senhores Deputados,

Senhoras e Senhores

**O desenvolvimento de infra-estruturas é o motor do desenvolvimento nacional.** A existência de infra-estruturas básicas vai permitir o desenvolvimento do capital social, o desenvolvimento de uma economia dinâmica e produtiva, capaz de gerar emprego, e a consolidação de um quadro institucional forte e organizado em todo o país.

Comprometemo-nos a investir no desenvolvimento de infra-estruturas, de forma planeada e faseada, considerando as necessidades em termos de custos, conhecimentos técnicos e mão-de-obra qualificada.

Ao longo dos próximos cinco anos, conduziremos um programa de investimento de grande escala para actualizar, reparar, melhorar ou construir uma série de infra-estruturas que são fundamentais para permitir o acesso à saúde, às escolas, aos mercados, às indústrias e aos negócios.

Iremos, nomeadamente, investir:

- Na reconstrução plena de todas as estradas nacionais, distritais e rurais, incluindo as ligações Díli – Manatuto – Baucau; a ligação Manatuto – Natarbora; o Projecto rodoviário Díli – Liquiça – Bobonaro; e iniciar o projecto rodoviário Díli – Aileu – Maubisse – Aituto – Ainaro – Cassa.
- Na concepção de um Anel nacional de Auto-Estradas.
- No início da reconstrução e manutenção de mais de 450 pontes, que existem no país, desde pequenos a grandes.
- Na instalação de, pelo menos, 400 sistemas de água potável em cerca de 25.000 lares rurais, na construção de latrinas comunitárias e no fornecimento de conhecimentos técnicos especializados e recrutamento de 88 facilitadores de água e saneamento.
- No desenvolvimento de um Plano Geral para Centros de Distrito para a restauração progressiva das infra-estruturas de água e saneamento, incluindo canalizações, para o abastecimento seguro de água.
- Na implementação de um Plano Geral de Saneamento e Esgotos em Díli, para reduzir drasticamente os problemas de drenagem e inundações.

- Na expansão da recente rede eléctrica de forma a fornecer electricidade fiável para todo o país, em energias renováveis e na electrificação rural plena, incluindo projectos de energia solar e eólica.
- Na construção de um novo porto nacional multifunções em Tibar, com capacidade para receber embarcações comerciais e de passageiros.
- No estabelecimento de uma base logística para o sector petrolífero no Suai, onde o novo porto será uma peça fundamental de desenvolvimento, e na concepção de um programa regional de construção de portos com vista à construção, reparação ou alargamento de instalações entre Laga e Lautém, Ataúro, Kairabela, Oecussi e Manatuto.
- No alargamento do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato em Díli e no desenvolvimento de um plano de aviação nos distritos para a reabilitação de pistas aéreas no Suai, Oecussi, Lospalos, Maliana, Viqueque, Ataúro e Same. O aeroporto de Baucau será desenvolvido para aeroporto de carga, onde também será instalada uma base aérea militar.
- Na ligação de Timor-Leste a fibra óptica terrestre e subaquáticas numa rede nacional e internacional de modo a garantir a velocidade dos serviços de banda larga, melhorando significativamente as telecomunicações no país.

Perante a importância fundamental destes projectos e da necessidade de garantir uma boa relação qualidade-custo e a qualidade de implementação técnica, a Comissão de Aprovisionamento Nacional irá ter um papel relevante na supervisão dos processos de aprovisionamento, com o apoio de uma firma internacional especializada, para garantir a transparência e profissionalismo da implementação dos projectos complexos e de grande escala.

Sua Excelência  
Senhor Presidente do Parlamento Nacional  
Excelências  
Distintos Deputados,

**O desenvolvimento económico e a criação de emprego conduzem a oportunidades para a realização das potencialidades dos timorenses.** Acreditamos que investir no desenvolvimento económico é um princípio político e social que promove a liberdade, a segurança e a estabilidade nacional.

Comprometemo-nos a construir uma economia moderna e diversificada com base na agricultura, turismo e indústria petrolífera, com um sector privado emergente e criação de oportunidades para todo o povo timorense.

Queremos substituir a agricultura de subsistência por uma agricultura comercial que garanta, a médio-prazo, a auto-suficiência em termos alimentares, com o objectivo de, posteriormente, produzir-se o suficiente para ser possível a exportação de produtos agrícolas.

Neste sentido, iremos continuar a melhorar as práticas agrícolas de modo a aumentar a produção de arroz e milho e a promover o crescimento de colheitas chave como o café, baunilha, noz-moscada e o óleo de coco. Este desígnio só será possível, se investirmos na reabilitação de sistemas de irrigação e na melhoria do abastecimento de água, nomeadamente através de barragens.

Iremos também promover uma maior qualificação dos agricultores, a provisão de assistência técnica e aumentar o número de agentes de extensão agrícola, assim como construir mais Centros de Serviços Agrícolas nos distritos.

Durante os próximos cinco anos, o Governo compromete-se ainda a melhorar o Plano Integrado de Criação de Animais, promovendo os cuidados básicos de saúde animal, incluindo a vacinação gratuita. Também as actividades de pesca e aquacultura serão expandidas, através de implementação de estratégias para a pesca em alto mar com fins comerciais e através da implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura que contribuirá também para a segurança alimentar e nutricional dos timorenses.

A par da protecção ambiental e conservação da natureza, o Governo irá desenvolver uma indústria sustentável de silvicultura e preparar um Plano de Gestão Florestal que promova a reflorestação e a gestão sustentável de terrenos. Esta política inclui o estudo sobre o uso de madeiras locais, incluindo a comercialização do bambu, o desenvolvimento de viveiros nas comunidades e, a partir de 2015, iniciar-se o programa nacional de plantação de 1 milhão de árvores em cada ano.

Senhoras e Senhores

O sector petrolífero será um pilar fundamental do desenvolvimento do país, aproveitando ao máximo a riqueza com que fomos abençoados e multiplicando os dividendos para o usufruto de todos os timorenses.

Neste contexto e a par da capacitação da nossa Companhia Nacional Petrolífera – Timor GAP EP., iremos garantir:

- Que as receitas petrolíferas continuam a ser totalmente transparentes e a ser usadas para o desenvolvimento económico e social do país;
- Que o sector petrolífero se desenvolva com a participação máxima de cidadãos e empresas timorenses;

- Que os recursos humanos necessários para explorar este sector sejam melhorados e desenvolvidos, incluindo a formação de timorenses em geologia, engenharia química e petrolífera, e finanças e gestão na área do petróleo; e que
- A costa sul seja desenvolvida com infra-estruturas adequadas, para apoiar a expansão da nossa indústria petrolífera.

O Projecto Tasi-Mane tem como objectivo o desenvolvimento plurianual de três aglomerados industriais: a base de fornecimentos no Suai, a refinaria e indústria petroquímica em Betano e a instalação de gás natural liquefeito em Beaço.

Também o sector do turismo oferece um grande potencial em termos de desenvolvimento económico se considerarmos que Timor-Leste para além da sua beleza natural, história e cultura únicas, possui ainda praias tropicais ricas em vida marinha e cordilheiras montanhosas que fazem geralmente o deleite dos turistas.

Por esta razão, o Governo irá apostar no crescimento da indústria do turismo, o que inclui a formação profissional nesta área, a reabilitação de espaços e equipamentos necessários e a promoção de actividades de atracção turística quer a nível nacional, quer no estrangeiro, como é o caso da participação na exposição mundial Milão 2015.

A estratégia programada para o desenvolvimento do turismo foca as seguintes zonas do país:

- A zona turística oriental, apostando nas praias imaculadas, nas paisagens de montanha e actividades propícias para a aventura. Desde o turismo ecológico e cultural, no Parque Nacional Nino Konis Santana, ao histórico e de aventura, ao Monte Matebian, serão explorados devidamente.
- A zona turística central, onde iremos destacar a ilha de Ataúro e a região de Maubisse, que será o ponto de partida para o Monte Ramelau, e promover as instituições culturais existentes em Díli.
- A zona turística ocidental, para além de também oferecer praias, permite o acesso a locais históricos em Balibo, às termas quentes de Marobo até as terras do café em Ermera, onde se pretende também desenvolver hotelaria e turismo ecológico.

Através do crescimento da agricultura, indústria petrolífera e turismo, e com a implementação do programa de infra-estruturas, o Governo irá criar postos de trabalho directo no sector público e indirecto, ou seja, através da atracção de investidores estrangeiros e através da promoção do sector privado timorense.

Senhor Presidente  
Distintos Deputados

Esta estratégia para ser bem-sucedida tem que ser apoiada por eficientes políticas económicas, que inclui o desenvolvimento de instituições de crédito, a regulação empresarial e a capacitação do sector privado.

Destacamos, por isso, as seguintes prioridades a que o Governo dará a máxima atenção:

- A melhoria do cenário empresarial, incluindo uma nova lei de investimento, a melhoria do registo de empresas e da sua simplificação e o fortalecimento da Câmara de Comércio e Indústria;
- Criação de uma Agência de Promoção de Investimento e a produção de um pacote de informação para investidores;
- Desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas;
- Estabelecimento de um Banco Nacional de Desenvolvimento e consolidação do Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste;
- Estabelecimento de Zonas Económicas Especiais, com um ambiente regulador e fiscal claro, que permita atrair rapidamente o investimento estrangeiro e empresas internacionais;
- A legislação sobre posse de terras que implemente regras justas e equitativas que protejam a pertença e a transferência de terrenos, incluindo o registo de propriedades e assegurar os títulos dos terrenos.

Por fim, não posso deixar de mencionar que um desenvolvimento justo e inclusivo tem que ter em conta o desenvolvimento das áreas rurais.

Para tal, será criado o Quadro Nacional de Planeamento, que irá identificar oportunidades de desenvolvimento com base nas características específicas de certas regiões, de modo a reduzir assimetrias regionais e o desfasamento entre áreas urbanas e áreas rurais.

O Instituto de Apoio ao desenvolvimento Empresarial que tem Centros de Desenvolvimento de Empresas estabelecidos em Baucau, Díli, Maliana, Maubisse, Suai, Lospalos, Ermera, Viqueque e Oecussi irão prestar formação em todos os distritos, estimando-se o seu alargamento para todos os distritos e a expansão da gama de serviços oferecidos.

Através das políticas de descentralização do Governo, iremos apoiar o desenvolvimento do sector privado em áreas rurais e aumentar a participação democrática local, pois acreditamos que a governação deve estar tanto quanto possível

próxima das pessoas, para permitir a autodeterminação, a dignidade e a concretização das suas aspirações.

O Governo vai introduzir o novo nível do governo municipal, com a meta de se estabelecer entre três a cinco municípios, até ao fim do mandato. Para isso, vamos criar as Comissões Instaladoras dos Municípios, em todos os treze distritos, e proceder a uma avaliação, permanente, sobre se respondem aos requisitos mínimos, essenciais para a criação de municípios e, desse modo, introduzir os processos eleitorais.

O Governo irá ainda continuar a apoiar o Programa dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, nos Sucos, com a construção de mais de 55.000 casas num processo de reordenamento comunitário das aldeias que são actualmente 2.225. Estas habitações incluirão energia solar, água e saneamento básico.

Pretendemos não só criar melhores condições de vida nas áreas rurais como incutir um espírito comunitário de entreatajuda e solidariedade entre vizinhos, que podem contribuir na construção de condições para os mais vulneráveis. É também neste propósito que iremos dar início ao Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos, programa com a duração de 8 anos.

Finalmente, com vista ao desenvolvimento económico o Governo irá investir nas agro-indústrias e no sector cooperativo, através de apoios concretos às cooperativas, nomeadamente concessões de crédito para equipamentos e ferramentas, para estabelecimento de mercados, bem como melhoria de infra-estruturas como as sedes de cooperativas.

Sua Excelência  
Senhor Presidente do Parlamento Nacional  
Excelências  
Distintos Deputados,

Senhoras e Senhores

**A consolidação do quadro institucional é condição indispensável para sustentar as nossas aspirações de desenvolvimento.** Sem um sector público forte, sem segurança interna e estabilidade nacional e sem um sistema de justiça credível, que garanta os direitos e garantias dos timorenses, não poderemos considerar-nos um Estado moderno e democrático e não podemos defender uma política externa que encoraje a comunidade internacional a acreditar no progresso de Timor-Leste.

Comprometemo-nos a promover a boa governação e a desenvolver um sector público profissional, respeitável, responsável e eficiente. O sector público é, por enquanto, o principal agente do crescimento económico e, portanto, não poderemos deixar de investir fortemente na capacitação deste sector.

Iremos dar continuidade às reformas da administração pública, incluindo o controlo rigoroso da despesa pública, a melhoria dos sistemas de gestão financeira, a capacitação dos funcionários públicos e a responsabilidade e transparência da informação prestada ao público, nomeadamente através dos Portais da Transparência que serão devidamente actualizados.

Ainda neste sentido, iremos desenvolver e aplicar um Código de Conduta para os membros do Governo. Este código providenciará regras e deveres rigorosos, relativamente a questões como conflitos de interesse e actividades comerciais.

Vamos também criar uma plataforma electrónica que disponibilizará informação útil ao público sobre as actividades do Governo, reforçando o actual Portal do Governo, aumentando os serviços disponíveis a cidadãos timorenses através de uma nova iniciativa de “governo electrónico”.

O V Governo Constitucional, ao defender uma sociedade mais justa, não poderia descurar a melhoria do sector da justiça. Iremos continuar a habilitar os recursos humanos timorenses e a elevar a capacidade da advocacia nacional.

Também a formação de investigadores criminais, em todas as especialidades necessárias, para garantir maior credibilidade dos processos julgados em tribunal, irão ser alvo de investimento. Comprometemo-nos a rever a legislação já aprovada e a criar nova legislação que reflecta o nível de desenvolvimento do país e que seja ajustada à nossa realidade socioeconómica.

Finalmente, iremos continuar as reformas introduzidas no sector da defesa e da segurança, contribuindo para umas Forças Armadas e uma Polícia mais profissionais e eficientes. A provisão de segurança e estabilidade irão estar sempre, na ordem do dia, da linha de acção deste Governo.

Relativamente à política externa, continuaremos a investir no desenvolvimento de relações de cooperação e amizade com todos os países do mundo, com especial atenção para os nossos vizinhos mais próximos, para os países irmãos da CPLP e para os parceiros estratégicos da região Asiática e em especial com os países da ASEAN, associação da qual contamos ser membro efectivo muito em breve.

Teremos que ter sempre em mente que Timor-Leste está situado numa localização geográfica altamente estratégica e, portanto, a nossa segurança e a protecção dos nossos recursos naturais, dependem de uma política externa responsável e diplomática.

O forte envolvimento com os países da CPLP irá ficar bem demonstrado quando, já em 2014, presidirmos a esta comunidade de expressão portuguesa. O Governo irá também continuar a liderar o g7+, promovendo o grupo de nações frágeis e contribuindo assim para que estas mesmas nações, à semelhança de Timor-Leste, possam encontrar a paz, a estabilidade e a prosperidade.

Sua Excelência  
Senhor Presidente do Parlamento Nacional  
Excelências  
Distintos Deputados,

Senhoras e Senhores

O Programa do V Governo pode ser considerado ambicioso mas é um programa exequível. É um programa audacioso mas devidamente ponderado, e é um programa oneroso mas absolutamente necessário.

É, sobretudo, um projecto consubstanciado na vontade de garantir a continuidade dos progressos alcançados até à data, conduzindo a administração pública aos objectivos de eficiência e eficácia para a melhoria da prestação de serviços ao nosso Povo.

É um programa que será implementado por uma equipa governamental que quer fazer mais e melhor pelo país, com a convicção de que o interesse público, o interesse do povo timorense, está positivamente acima de qualquer interesse individual.

Nunca foi a falta de qualidades do nosso Povo que limitou o nosso desenvolvimento mas antes a falta de oportunidades!

O Programa do Governo surge para alterar esta situação, com a convicção de que os desafios são imensos mas a vontade de os ultrapassar é maior.

Como foi no passado, a vontade do povo timorense é o factor mais decisivo para o sucesso da implementação desta agenda estratégica.

Agradeço antecipadamente, Distintos Deputados, as vossas valiosas contribuições para desenvolvermos, em conjunto, a nossa amada Nação.

Kay Rala Xanana Gusmão  
12 de Setembro de 2012